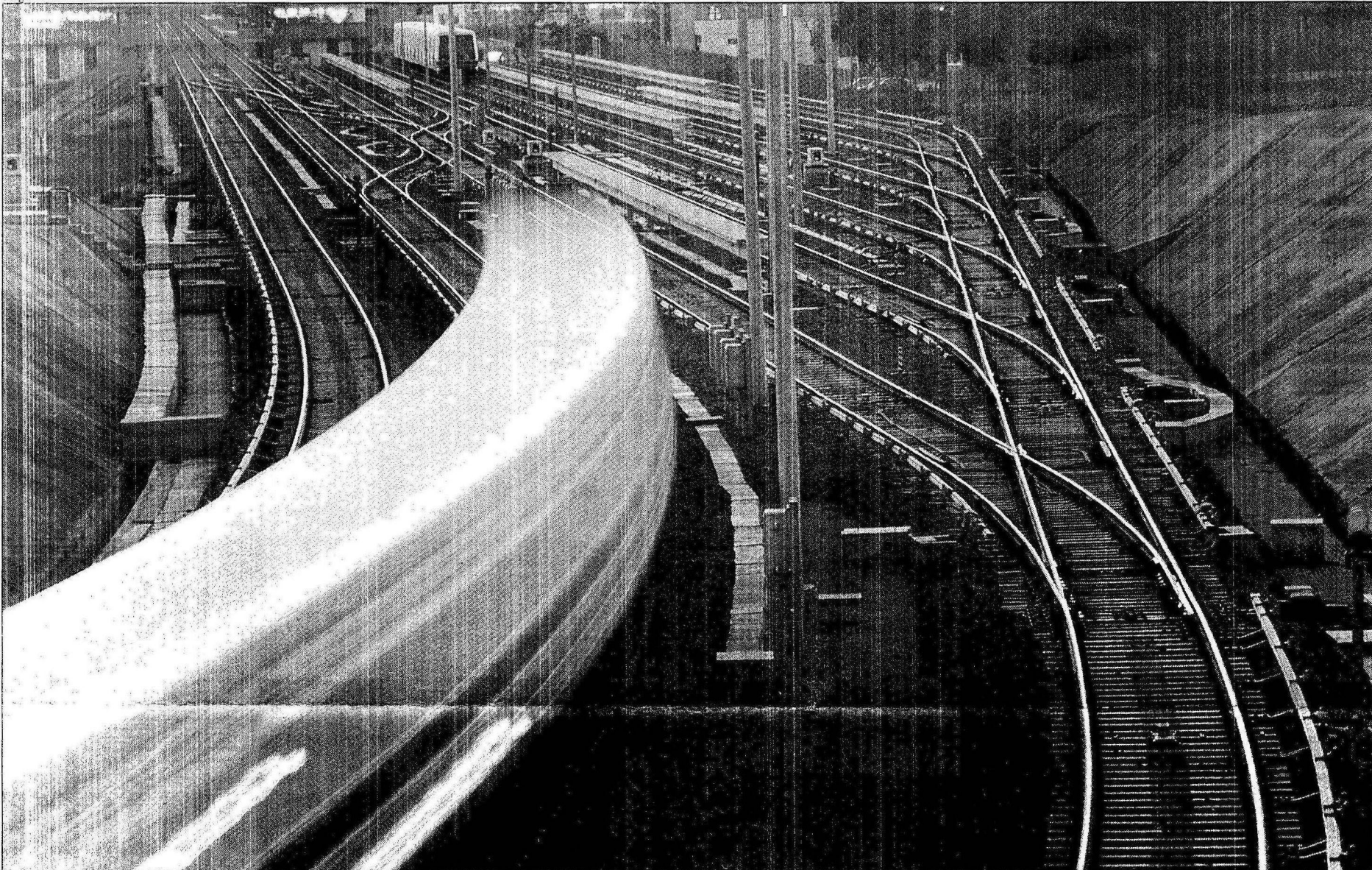


O FUTURO DO METRÔ E DA CEASA

ACORDO DE REFINANCIAMENTO DA
DÍVIDA DO GDF COM A UNIÃO PREVÊ
A PRIVATIZAÇÃO DE EMPRESAS

Sérgio Amaral 12.8.99



Quando estiver concluído, o metrô do Distrito Federal vai transportar cerca de cem mil pessoas por dia. Os investimentos nas obras são de aproximadamente R\$ 1 bilhão

Denise Rothenburg
Da equipe do **Correio**

Vem aí um período de aperto nas contas do Governo do Distrito Federal (GDF). Os documentos do acordo de refinanciamento da dívida de R\$ 642,2 milhões do DF, que serão entregues nesta semana ao Senado, contêm uma série de compromissos assumidos pelo governador Joaquim Roriz. Em troca, os desembolsos do GDF com a dívida pública devem cair de R\$ 220 milhões para R\$ 130 milhões por ano. Aprovado o acordo no Senado, não haverá meio-termo. O GDF ficará obrigado a privatizar o metrô e a Central de Abastecimento (Ceasa). Terá ainda de reduzir os repasses à administração indireta para pagamento de pessoal ativo e suspender todos os concursos públicos.

Essas obrigações estão descritas nos documentos da dívida que podem ser encontrados na Internet (www.sefp.df.gov.br/). O **Correio** obteve parte deles junto a técnicos do Ministério da Fazenda e do Banco Central, onde estão em curso as últimas análises dos números, antes da remessa de toda a papelada ao Senado. As obrigações foram confirmadas por técnicos do Ministério da Fazenda e por secretários do GDF. Apesar de o acordo estabelecer

o compromisso de privatização do metrô e da Ceasa, o governador Joaquim Roriz garante que a concessão das duas empresas à iniciativa privada não é obrigatória. "É uma sugestão e não uma imposição", afirma Roriz. Mas o secretário de Fazenda, Valdivino de Oliveira, não tem a mesma opinião. "É compromisso do governo", diz Oliveira. "O governo não tem como administrar o metrô." Segundo ele, no entanto, o termo que deveria ser utilizado seria terceirizar e não privatizar.

"Pretendemos concluir as obras do metrô em abril do ano que vem e, então, começar os preparativos para a terceirização do serviço", acrescenta Oliveira. Isso será feito por meio de licitação. Os investimentos nas obras do metrô são de aproximadamente R\$ 1 bilhão. Quando estiver concluído, transportará cerca de cem mil pessoas diariamente.

Em relação à Ceasa, o secretário disse que o assunto sequer foi discutido com o governador Roriz. Criada em 1972, a Ceasa abriga 458 usuários e arrecada R\$ 140 mil por mês com aluguéis

de boxes para empresas e produtores de hortigranjeiros.

A polêmica sobre a possível concessão da Ceasa promete ser grande. O presidente da Associação Brasileira de Centrais de Abastecimento e da Ceasa-DF, Aroldo Satake, é contra a privatização. Ele lembra que as Ceasas têm um compromisso social com as comunidades onde atuam e não se restringem ao simples comércio de alimentos.

ASSISTÊNCIA

No caso do DF, Satake cita a distribuição mensal de 20 mil quilos de alimentos às famílias carentes, em especial, às comunidades distantes do comércio. São seis ônibus adaptados que atuam em 30 pontos de venda por semana no DF. "Esses trabalhos não terão continuidade com as privatizações. Quem substituirá a assistência aos pequenos

produtores?" pergunta Satake.

O secretário do Trabalho do GDF, Wigberto Tartuce, é favorável às privatizações. Ele considera que a iniciativa privada é mais eficiente do que o governo na administração de metrô e Ceasas. "Privatizar é muito mais fácil. A atividade privada é mais ágil para trocar uma lâmpada e fazer investimentos necessários. Sem os gastos com o metrô e a Ceasa, o governo terá mais recursos para aplicar nas obras prioritárias, como trânsito", diz Tartuce.

Para evitar novas críticas como as de Satake, o secretário do Trabalho destaca o saldo positivo do acordo. Para ele, o GDF fará uma grande economia com o pagamento da dívida e terá maiores facilidades no âmbito internacional. "Se não tivéssemos assinado esse protocolo com o governo federal ou feito um compromisso de ajustes, seria difícil conseguir

o dinheiro do Banco Mundial", afirma.

Ele não se sente nem um pouco incomodado pelo fato do GDF ter de suspender concursos, cortar gastos com pessoal ou demitir ocupantes de

cargos em comissão, caso seja necessário. "Se a condição para termos investimentos é cortar gastos e os recursos vêm para beneficiar a população como um todo, vamos cumprir tudo", destaca Tartuce. Ele lembra que o GDF comprometia R\$ 220 milhões por ano com o pagamento da dívida. Com o acordo, vai baixar a prestação para R\$ 130 milhões por ano. "Estamos tentando baixar mais esse dispêndio", completa o secretário de Fazenda.

Difícil mesmo, dizem economistas, será o GDF convencer seus funcionários de que as promessas de aumentos salariais feitos na campanha terão de esperar. O presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon-DF), Júlio Miragaya, por exemplo, considera que o GDF está simplesmente repassando a gestão de suas finanças para as mãos do governo federal.

"Não podemos chamar esses termos de acordo. É uma clara imposição do governo federal, que o GDF parece ter prazer em assinar. Na essência, estamos repassando o monitoramento das nossas finanças", diz Miragaya. Ele recorda que o aumento salarial foi uma promessa de campanha do governador Roriz. "Agora mudou tudo?", pergunta.

■ Colaborou Flávia Filipini

METAS DO GDF

FOLHA DE PAGAMENTO

As folhas de pagamentos dos órgãos do DF, inclusive fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista deverão, até dezembro de 1999, ser processadas pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siapre), o sistema federal de controle de pessoal. Isso permitirá a União acompanhar o percentual da receita gasto pelo DF com pessoal.

RECEITAS

A receita do DF deve crescer 1,1% em 1999, 3,2% no ano 2000, e 3,9% em 2001.

PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

O GDF deve adotar os mesmos percentuais aplicados pela União no cálculo do desconto previdenciário incidente sobre a remuneração dos servidores. A lei 9.783 de 28 de janeiro de 1999, que definiu o aumento do desconto dos servidores está sob julgamento. Enquanto não houver decisão judicial, o DF deverá descontar 11% dos salários dos servidores a título de contribuição previdenciária.

TRANSFERÊNCIAS PARA CODEPLAN, NOVACAP E EMATER

As transferências do Tesouro do DF para empresas serão eliminadas, exceto para a Novacap, Codeplan e Emater. Para essas entidades, as transferências serão reduzidas, tendo como teto nominal os valores repassados em 1995.

CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO METRÔ, DA CEASA E REDUÇÃO DA SAB

O DF deve privatizar a operação do metrô e transferir para iniciativa privada ou extinguir a Ceasa. Também deve reduzir a atual estrutura da Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB) para 5% do quadro de funcionários.

FOLHA DE PAGAMENTO

O GDF não pode conceder aumentos salariais aos servidores superiores aos ditados por lei federal e deve ter autorização prévia do Tesouro Nacional para quaisquer aumentos da despesa com o pessoal custeada pela União. Em 1998, o DF comprometeu 75% de sua receita com a folha de pagamento. Os gastos com o pessoal devem ser reduzidos para 68% da receita em 1999, para 62% no ano 2000, e para 60% em 2001.

CONCURSOS PÚBLICOS

O governo deve suspender os concursos públicos ou qualquer forma de contratação que implique despesas adicionais de pessoal, salvo aqueles expressamente autorizados pelo Ministério da Fazenda.

CARGOS COMISSONADOS

O GDF também deve extinguir cargos comissionados, incluindo aqueles atualmente vagos e/ou bloqueados, de modo que as despesas com esses servidores não ultrapassem a média mensal de R\$ 8 milhões por mês registrada no terceiro trimestre de 1998.



"PRETENDEMOS CONCLUIR AS OBRAS DO METRÔ EM ABRIL DO ANO QUE VEM E, ENTÃO, COMEÇAREMOS OS PREPARATIVOS PARA A TERCEIRIZAR OS SERVIÇOS"

Valdivino de Oliveira,
secretário de Fazenda do GDF